

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Tradução Francisco. Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Resenhado por Alex Bezerra Leitão¹

Recebido em: junho 2018

Aceito em: agosto 2018

[DOI: 10.26512/les.v19i2.16924](https://doi.org/10.26512/les.v19i2.16924)

A obra *La Saveur du Monde, une anthropologie des sens*, de David Le Breton, lançada em 2006 pela editora Éditions Métailié, traduzida para a língua portuguesa por Francisco Morás e publicada em 2016 pela editora Vozes, sob o título *Antropologia dos Sentidos*, evoca relações que seres humanos de diversas sociedades mantêm acerca de sentidos provenientes da visão, do tato, da audição, do paladar e do olfato. Nessa obra, o autor destaca que nossa condição corpórea no mundo nos permite experienciá-lo com todos nossos sentidos. No entanto, ele destaca que essa sensorialidade corpórea é constituída e construída socialmente, historicamente, culturalmente e individualmente, uma vez que experimentamos universos sensoriais diferentes.

Dessa forma, Le Breton alerta que o/a etnógrafo/a, ao se dirigir ao campo, deve despovoar-se de seus sentidos, uma vez que ele/a “é confrontado com sabores inesperados, com odores, músicas, ritmos, sons, contatos e usos do olhar que sacodem suas antigas rotinas” (p. 18). Entendo que o/a etnógrafo/a deve procurar perceber os sentidos produzidos por outra cultura, porém, será mesmo possível desprover-se dos próprios sentidos para compreender “o outro”? Destarte, quando analisamos pesquisas de etnógrafos como Malinowski (1922), Lévi-Strauss (1955), Darcy Ribeiro (1957), Izabel Magalhães (1985), para citar apenas alguns, percebemos que o olhar do/a pesquisador/a não é totalmente imparcial, uma vez que ele/a também é um ser humano que se (re)constrói constantemente com o “outro”.

Na obra *Antropologia dos Sentidos*, diferentemente de autores que exploram a modalidade de um sentido ou outro, como Carpenter (1973), López (1987), Beach (1988), Chalier (1995), Llich (2004), entre outros, Le Breton lança uma obra que tem como projeto ambicioso discorrer sobre percepções sensoriais da humanidade. Para tanto, o autor divide a obra em nove partes, assim denominadas: uma antropologia dos sentidos; do ver ao saber; ouvir, ouvir-se: da harmonia ao mal-entendido; a existência como uma história de pele: o tato ou o sentido do contato; o toque do outro;

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília, mestre em Linguística Aplicada pela UnB e professor de espanhol da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Espanhola, pelo IBEPEX, e em Tecnologias em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: alex.leitao@gmail.com.

cheirar e cheirar-se; o alimento é um objeto sensorial total; do paladar da boca ao prazer de viver: uma degustação do mundo; e a culinária da repugnância.

No primeiro capítulo, o autor clama por uma antropologia dos sentidos. Para ele, a sensorialidade está diretamente relacionada ao contexto em que nossos corpos se encontram e à convergência sinestésica de experiências sensoriais. Os Aiviliks, esquimós do Grande Norte, por exemplo, para se localizarem no espaço, valorizam mais as experiências sensoriais auditivas, olfativas e táteis, já que o barulho, os odores, a direção e a força dos ventos lhes fornecem orientação mais precisa. Portanto, o “ser humano vive de sensorialidades diferentes segundo seu lugar de existência, sua educação, sua história de vida” (p. 39).

Não obstante, Le Breton menciona que sociedades ocidentais têm valorizado, cada vez mais, a audição e a visão. Nos escritos bíblicos e aristotélicos a audição assumiu, segundo o autor, um lugar de privilégio, uma vez que o povo ouvia o que Deus ou o que os filósofos lhes falavam. No mundo contemporâneo, a partir do século XV, houve uma inversão, e o visual passou a assumir uma superioridade em detrimento de outros sentidos. Isso se deve, entre outros fatores históricos e culturais, à importância da leitura do mundo focada no grafocentrismo (ROCHA, 2013). Ou seja, a orientação de nossa condição humana tem a visão como o sentido mais nobre, hipertrofiado, e tendemos a reduzir o mundo às imagens e às mídias.

No segundo capítulo, Le Breton discute a superioridade da visão em detrimento de outros sentidos. Nesse contexto, o autor considera a cegueira como uma anomalia e um objeto de angústia, comparando-a à uma catástrofe, à pior das enfermidades. Concordo que a visão é o sentido que assume maior importância em nossa sociedade, já que, conforme afirma van Leeuwen (2005), somos constantemente bombardeados por múltiplas semioses tecnológicas, como caneta, papel e tinta, *hardware* ou *software* do computador, que constroem sentidos amplamente focados no campo da visão. No entanto, considerar o cego como aprisionado, em uma condição de “incapacidade de viver sem uma mão amiga” (LE BRETON, p. 68), não converge com o trabalho de profissionais, de familiares e de iniciativas tecnológicas e políticas que buscam maior acessibilidade e inclusão social, valorizando outros sentidos a fim de diminuir barreiras atitudinais assimétricas (AMARAL, 1998) e privilegiar a autonomia.

De acordo com o autor (2016, p. 73), “a visão requer outros sentidos, sobretudo o tato, para exercer sua plenitude”. Dessa forma, “a visão se funde ao toque, ao cheiro, à degustação e à audição para atuar no imaginário social” (p. 121). Com o olhar, por exemplo, podemos manifestar carinho, desejo ou exploração do “outro”. É certo que, ao fazer esse tipo de afirmação, Le Breton tem como foco sujeitos neurotípicos (que não apresentam transtornos de ordem psicológica). No espectro do autismo, por exemplo, a taticidade do olhar ou a fusão dos sentidos manifestados gestualmente podem

causar dificuldades de comunicação, uma vez que a união de diferentes semioses para a construção de sentidos costuma ser prejudicada na interação social. Portanto, sujeitos com espectro autista experienciam sentidos que nem sempre se fundem na manifestação corporificada de outros sentidos, posto que a marca da interpretação de sua visão carrega, além de sua trama social e cultural, sua marca histórica individual.

No terceiro capítulo, Le Breton (p. 135) explica que a proliferação do som causa harmonia ou desconforto aos seres humanos ouvintes, já que “os sons são associados à afetividade e a uma significação que os filtra, descartando uns e privilegiando outros”. O autor também destaca que a sonoridade é constituída socialmente por valores culturais, históricos e tradicionais de um grupo, comunidade, cidade, região, país ou continente. Esses valores, que se unem para definir quais são os sons e barulhos aceitos socialmente, estão em constante mutação e são aprendidos ao longo de nossas experiências. A incorporação dos sons, deliberados inclusive quando apagamos as luzes de nossas casas para dormirmos, tem aumentado nossa dificuldade de suportarmos o silêncio, a ausência, o luto e o vazio de nossa existência. De acordo com o autor, “o som é um instrumento de poder” (p. 163) capaz de transformar nossa realidade circunsctanciada. Nesse sentido, destaco o poder da ação pela palavra que assume o tecnólogo do discurso na visão de Fariclough (2001), que tem condições de usar a linguagem a fim de diminuir relações assimétricas de poder e de possibilitar mudança social.

Nos capítulos quatro e cinco, Le Breton discorre sobre o tato, atribuindo à pele a função sensorial primária responsável por nosso desenvolvimento motor e psíquico, cuja memória é constituída a partir de nossas carências infantis, iniciadas ainda no ventre da mãe. É pelo tato e pelo apalpar que temos a garantia do que é real em relação ao volume, à textura, ao contorno, ao peso e à temperatura. O autor também alerta que a pele é revestida de significações e que “o toque não é somente físico, ele é simultaneamente semântico” (p. 257), visto que a percepção do contato na interação com o “outro” é, frequentemente, metaforizada por expressões que tem a pele como domínio fonte para a construção de significados. De acordo com Lakoff e Johnson (1980), essa experienciação de nosso corpo permite que forneçamos uma certa concretude a entidades abstratas, a fim de conceituá-las. Ao dizermos a frase ‘toquei sua alma com minhas palavras’, por exemplo, utilizamos da experiência sensorial do toque para, metaforicamente, expressarmos que conseguimos provocar um sentimento de sensibilidade no “outro”.

De acordo com Le Breton, é por meio da pele que a afetividade e a relação sexual se materializam em nós pelo “outro”, mediante abraços, beijos e carícias. Assim sendo, se o “outro” está disposto a receber nosso toque, não há violação de seu espaço nem de sua intimidade e podemos nos beneficiar da ação recíproca do tocar. Ainda segundo o autor, a pele demarca nosso gênero sexual e nosso pertencimento a uma raça, segundo a cor e a comunidade da qual fazemos parte. Penso que

essas questões de gênero, de sexualidade e de raça precisam ser discutidas, uma vez que a pele não demarca nossa sexualidade (relacionada à identidade sexual), mas sim o envoltório de nossos órgãos sexuais. Já a pele não nos diferencia como “raça” (termo não comprovado biologicamente, mas construído socialmente para justificar a exploração pela cor da pele), visto que pertencemos à mesma raça, a humana, conforme preceitua Giddens (2000, p. 245), que propõe o uso do termo “etnia”, relativo às “práticas culturais e aos modos de entender o mundo que distinguem uma comunidade das restantes”.

No sexto capítulo, o autor explica que, na sociedade ocidental, o olfato é o sentido que mais carece de um vocabulário próprio. Isso ocorre porque normalmente afugentamos odores da vida cotidiana, inclusive aqueles produzidos pelo nosso próprio corpo, sob pena de “uma vergonhosa reputação” (p. 295). Assim, buscamos perfumar ou neutralizar o cheiro de nossos corpos e de nossos ambientes, com o objetivo de torná-los aceitáveis à apreciação alheia. De acordo com Le Breton, a hierarquia social é nutrida pelo mau odor do “outro”, colocando camponeses, operários, negros, homossexuais, pobres e mulheres em posição de inferioridade biológica, dado que eles expelem, ainda que no imaginário violento e opressor, suor, odor anal e menstrual. Entendo que essa hierarquização da condição humana pelo olfato, na busca da moralização da sociedade pela higiene, tem atuado de forma simbólica e excludente, causando violência, objetificação e estratificação social. Seria o momento, portanto, de começarmos a realizar trabalhos acadêmicos que denunciem o poder de exclusão e de padronização social provenientes da mercantilização de inibidores de cheiros da condição humana?

Nos capítulos sétimo, oitavo e nono, o autor discorre sobre o sentido do paladar, que conjuga diversas modalidades sensoriais, tais como a gustativa, a tátil, a olfativa, a propioceptiva, a térmica, entre outras. Dessa forma, uma comida apetitosa é aquela cujo gosto, formato, cor, aroma, consistência, afetuosidade e temperatura incitam o paladar. Segundo Le Breton (p. 387), “comer é um ato sensorial total. A boca é uma instância fronteira entre o exterior e o interior. Ela cede o espaço da palavra à respiração, mas também ao sabor das coisas”. Além de ser um sentido complexo, é importante ressaltar que o paladar é marcado pela pertença social, cultural, histórica e individual de sujeitos que experienciam essa sensorialidade.

De acordo com o autor, a percepção dos sabores, que variam de acordo com a comunidade e a inserção cultural do indivíduo, depende de uma aprendizagem cuja “preferência alimentar é marcada por uma afetividade construída com o outro” (p. 403). Desse modo, a formação do sabor é aprendida e praticada segundo orientações tradicionais sociais e culturais particulares, imprimindo um sentimento de identidade nos indivíduos. Essa identidade está relacionada ao consumo dos

manjares, uma vez que “o alimento ingerido contamina a identidade do consumidor” (p. 435), como em ‘Ele é muito azedo e ela é doce como o mel’ ou em ‘Vamos apimentar nossa relação’, por exemplo.

O uso de palavras repugnantes relacionadas ao paladar para determinar o “outro” costuma apresentar ameaça real ou simbólica ao sentimento de sua identidade, como em ‘Você é muito amargo’. Le Breton (p. 467) afirma que essa repugnância “não depende mais do gosto, mas daquilo que o torna insuportável”. Ser amargo, portanto, representa tristeza, angústia, aflição e desamparo. A representação da repugnância da identidade do “outro” metaforizada pelo paladar pode, inclusive, nos levar a uma qualificação excrementária do “outro”, como em ‘Você é um bosta’. Essa repugnância do “outro”, de acordo com o autor, é determinada culturalmente e socialmente, participando, portanto, da esfera do simbólico, nutrido afetivamente pelo imaginário individual e coletivo.

Outro tema intrigante ao qual o autor se debruça refere-se à posição de indignação em relação ao canibalismo assumida pela sociedade ocidental, dado que a “manducação da carne humana parece inconveniente para nossas sociedades” (p. 480). O fato de não nos alimentarmos de outros seres humanos, segundo o autor, deve-se ao fato de não vivermos circunstâncias de carestia e de isolamento no Ocidente. Por acreditar que a antropofagia é bem-vinda em situações de escassez de alimentos, o autor fornece ao leitor exemplos, como durante a Guerra dos Trinta Anos e a Fronde, em que estrangeiros ou vizinhos foram atacados e seus corpos serviram de banquete para os famintos. No entanto, segundo o autor, a sociedade ocidental carrega um horror pela culpabilidade do saborear a carne do “outro”, sendo que essa é uma prática inclusive abençoada por Deus, pelo cristianismo, que oferece, durante a eucaristia, simbolicamente, o corpo e o sangue de Cristo a seus fiéis.

Entendo e compartilho a ideia do autor de que o horror ao canibalismo em sociedades que o praticam precisa ser desmistificado, já que em algumas comunidades é uma questão cultural comer a carne do “outro”, o que possibilita a incorporação das virtudes do morto. Não obstante, penso que em situações de canibalismo por questão de sobrevivência, a história da supremacia dos mais fortes sobre os mais fracos se materializa no consumo da carne humana. Nesse sentido, os fracos são objetificados e perdem sua condição humana, pagando com o sabor e com a proteína de sua própria carne a favor da supremacia dos mais fortes.

Assim sendo, nossa condição de existência no mundo é, nessa obra de Le Breton, corporificada, experienciada e matemorfoseada em imagens, em sons, em odores, em texturas, em cores e em paisagens, o que possibilita que vínculos sociais sejam estabelecidos mediante diversas semioses provenientes da forma como construímos sentidos, seja por palavras, por gestos, por mímicas ou por rituais. Nesse sentido, essa obra ganha um espaço de relevância em estudos

antropológicos, sociológicos e linguísticos, uma vez que pesquisadores precisam estar atentos ao seu fazer etnográfico, que emerge da manifestação sensorial pelo mundo.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AMARAL, L. Sobre crocodilos e avestruzes. In: AQUINO, J. **Diferenças e preconceitos na escola**. SP: Sumus, 1998.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coordenadora da tradução: I. Magalhães, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago, 1980.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Trad.: F. Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEEUWEN, T. van. **Introducing Social Semiotics**. Abingdon: Routledge, 2005.

ROCHA, H. **Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade**. Brasília, 2012, 246p. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, 2013.